

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.549.272 - RJ (2019/0215423-1)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S A**  
**ADVOGADOS : ALESSANDRA DE ALMEIDA FIGUEIREDO - SP237754**  
**PAULO EDUARDO GERMANO PALENZUELA - RJ185924**  
**CAMILLA LORETTO DE LIMA - RJ198227**  
**ALESSANDRA PINTO DE MESQUITA E OUTRO(S) - RJ188541**  
**AGRAVADO : ANTONIO FERNANDES DE ARAUJO**  
**ADVOGADOS : ROSANE SOPRANI SILVA E OUTRO(S) - RJ105051**  
**JUSSANDRA BARBOSA SILVA - RJ216344**

### **EMENTA**

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL E RECURSO ESPECIAL MANEJADOS SOB A ÉGIDE DO NCPC. AGRADO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DUAS IMPUGNAÇÕES. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRADO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

### **DECISÃO**

Da leitura da minuta de agravo de instrumento interposto que deu origem a este recurso, pode-se inferir que ANTONIO FERNANDES DE ARAÚJO (ANTONIO) propôs ação contra LIGHT – SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A. (LIGHT), visando à declaração de inexistência de débito e o pagamento de indenização, a título de danos morais, em razão da indevida aplicação de um TOI.

O Juízo de primeira instância julgou procedente o pedido, condenando LIGHT ao pagamento da quantia de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a título de danos morais, declarando, ainda, inexistente o débito.

No curso da demanda, em fase de cumprimento de sentença, a impugnação foi rejeitada, diante da preclusão consumativa.

Essa decisão interlocutória foi desafiada por agravo, na forma de instrumento, no qual LIGHT sustentou que incorreu a preclusão consumativa, tendo sido rejeitada a primeira impugnação por falta de garantia do Juízo, de modo que, providenciado o depósito e suprida a exigência, a nova impugnação apresentada deveria ter sido recebida e analisada.

O Tribunal Fluminense negou provimento ao recurso de agravo de instrumento interposto por LIGHT, com a seguinte ementa:

# Superior Tribunal de Justiça

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. Cumprimento da sentença. Oferecimento de impugnação após rejeição liminar de impugnação anterior. Preclusão consumativa. Ato processual já praticado e rejeitado por decisão preclusa. Recurso desprovido (e-STJ, fl. 15).*

Inconformada, LIGHT interpôs recurso especial (e-STJ, fls. 18/27), com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, alegando violação dos arts. 523 e 525 do NCPC, ao sustentar que o início do prazo para apresentação da impugnação ao cumprimento de sentença ocorre com a garantia integral do juízo, de forma que, diante do depósito efetivado nos autos, não poderia a impugnação ter sido rejeitada, pois tempestiva, não havendo que se falar em preclusão consumativa.

As contrarrazões ao recurso especial foram apresentadas (e-STJ, fls. 48/49).

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro inadmitiu o apelo nobre diante da incidência da Súmula nº 7 desta Corte (e-STJ, fls. 52/54).

Nas razões do agravo em recurso especial, LIGHT aduziu que não pretende o reexame de provas (e-STJ, fls. 66/72).

A contraminuta ao agravo em recurso especial foi apresentada (e-STJ, fls. 76/81).

Em atendimento ao art. 1.042, § 4º, do NCPC, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro manteve a decisão agravada (e-STJ, fl. 83).

É o relatório.

DECIDO.

De início, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto, ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/15 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A irresignação não comporta acolhimento.

O Tribunal Fluminense concluiu que ocorreu a preclusão consumativa, porquanto o ato processual pretendido, qual seja, o oferecimento da impugnação ao

# Superior Tribunal de Justiça

cumprimento de sentença, já havia sido praticado e a impugnação anterior rejeitada liminarmente, nos seguintes termos:

*Ora, ocorreu preclusão consumativa, porquanto o ato processual pretendido – oferecimento de impugnação – já havia sido praticado e a impugnação anterior fora rejeitada liminarmente por decisão preclusa. Note-se que, conforme entendimento do STJ e deste TJ-RJ, a garantia integral do juízo era pressuposto para o processamento da impugnação ao cumprimento de sentença, conforme art. 475-J, §1º, do CPC de 1973, aplicável no caso em julgamento (e-STJ, fl. 16)*

Por seu turno, LIGHT destacou que inocorreu preclusão consumativa, considerando que a primeira impugnação apresentada foi rejeitada liminarmente por falta de garantia do Juízo, tendo sido esta exigência suprida posteriormente, com a apresentação de nova impugnação ao cumprimento de sentença e com a guia do depósito judicial.

Ora, alterar as conclusões do Tribunal Fluminense acerca da ocorrência da preclusão consumativa demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial, a teor da Súmula nº 7 do STJ.

A propósito:

*RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO CÍVEL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. INTIMAÇÃO DA PARTE EX ADVERSA E COISA JULGADA MATERIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS Nº 211/STJ E Nº 282/STF. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA. Nº 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.*

[...]

**3. Rever as conclusões do acórdão recorrido, com o intuito de verificar a existência ou não de preclusão consumativa, somente se processa mediante o reexame do conjunto probatório carreado aos autos, o que encontra óbice na Súmula nº 7/STJ.**

**4. Agravo interno não provido.**

(AgInt no REsp 1.321.269/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 27/9/2016, DJe 7/10/2016 – sem destaque no original)

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. 1. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. OCORRÊNCIA. QUESTÃO SUSCITADA, POR MEIO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE, E**

# *Superior Tribunal de Justiça*

DECIDIDA, OPERANDO-SE INCLUSIVE A COISA JULGADA. ALTERAÇÃO DO ENTENDIMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 2. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. APRECIÇÃO EM DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO. CARACTERIZADA A PRECLUSÃO CONSUMATIVA. 3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

*1. A alteração do entendimento firmado no acórdão recorrido (acerca da ocorrência da preclusão consumativa, porquanto já suscitada e apreciada, na decisão de exceção de pré-executividade, já transitada em julgado, a questão concernente à exigibilidade do título, matéria que também está intimamente ligada à nulidade da cártula) demandaria o reexame dos fatos e das provas dos autos, atraindo, por conseguinte, a Súmula 7/STJ, não se tratando de hipótese de reavaliação probatória.*

*[...]*

*3. Agravo interno desprovido.*

(AgInt no AgInt no REsp 1.592.256/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 16/2/2017, DJe 24/2/2017 – sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE. PRECLUSÃO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

*1. No presente caso, não é possível rever a conclusão do acórdão recorrido em relação à questão discutida estar acobertada pela coisa julgada e pela preclusão, uma vez que seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, que é vedado em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.*

*2. O STJ possui firme o entendimento no sentido de que "ainda que a questão seja de ordem pública, há preclusão consumativa se a matéria tiver sido objeto de decisão anterior definitivamente julgada" (AgRg no AREsp 630.587/SP, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 28/6/2016, Dje 1/7/2016).*

*3. Agravo interno não provido.*

(AgInt nos EDcl no AREsp 1.064.314/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 14/8/2018, DJe 28/8/2018)

PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ARGUIÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284 DO STF. INCIDÊNCIA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRECLUSÃO CONSUMATIVA RECONHECIDA NA ORIGEM. SÚMULA 7 DO STJ. APLICAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA.

# Superior Tribunal de Justiça

[...]

**4. Reconhecida pela Corte estadual a ocorrência da preclusão consumativa com base no cotejo entre as ações aforadas nas instâncias ordinárias, a conclusão em contrário implica o reexame do acervo fático-probatório, providência incompatível com a via especial, haja vista o disposto na Súmula 7 desta Corte.**

**5. Agravo desprovido.**

(AgInt no REsp 1.298.090/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Primeira Turma, j. 12/9/2017, DJe 13/11/2017 – sem destaque no original)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC, c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator